

## ***Declaração de Voto***

**Proposta de Deliberação nº 755/2015**

**Assunto: Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 e Mapa de Pessoal para 2016**

**Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Oeiras de 28-10-2015**

1 – Uma vez mais as GOP's e o Mapa de Pessoal são apresentados à Câmara Municipal na sua versão final.

Deste modo ficaram os membros deste executivo municipal sem terem tido participação na execução destes documentos, sem a possibilidade de proporem e analisarem diferentes prioridades e alternativas, sem conhecerem, as diversas propostas dos serviços do Município e sem poderem aquilatar sobre a justeza dos critérios que foram utilizados.

Este comportamento de quem suporta a maioria nesta Câmara é bem expressivo da forma empobrecedora de encarar o trabalho coletivo, a participação e a vivência democrática que tem sido prática corrente no momento atual desta Câmara Municipal.

2 – Em coerência com as posições assumidas pela CDU nos anos anteriores em relação a estes documentos, bem fundamentadas nas declarações de voto que temos apresentado, a CDU vota, também, contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 e Mapa de Pessoal para 2016.

3 – Cinco razões fundamentais justificam a nossa posição negativa acima expressa:

- a permanência do não cumprimento da Lei 75/2013 no que se refere à transferência e delegação de competências do município para as freguesias;
- o seguidismo desta Câmara Municipal em relação a propostas do Governo de fazer passar para cima das autarquias diversas despesas que lhe competem, bem patente nestas GOP's na "municipalização" da Educação;
- a obsessiva opção do Presidente da Câmara de querer gastar dezenas de milhões de euros na construção de um novo edifício sede da Câmara Municipal;
- a trapalhada em que está envolvida a demorada resolução da PPP Oeiras Expo, designadamente com as obras do Centro de Congressos e de Exposições paradas desde 2011;
- a continuação da manutenção de restrições, em nosso entender injustificadas, no tocante aos apoios essenciais às associações e coletividades de cultura, desporto e recreio.

4 – Para cada um destes pontos, referimos, em síntese, as razões que fundamentam as nossas posições.

4.1. – em relação à transferência e delegação de competências do município para as freguesias, os acordos de execução e os contratos interadministrativos, firmados já em 2015, não cumpriram o que a Lei 75/2013 estipulou.

Perante a denúncia da CDU feita na altura, foi afirmado pela maioria da Câmara que, em anos seguintes, se iria fazendo caminho para serem introduzidas as correções e os complementos adequados ao cumprimento da Lei.

Nas GOP's e Orçamento para 2016 nem uma linha surge a indicar o que de novo passará para as freguesias. Significa apenas que tudo se irá manter em situação ilegal, como até aqui.

A dignificação das Freguesias é uma componente essencial do projeto autárquico que a CDU defende. Por isso, e de consciência tranquila, recorreremos aos meios ao nosso dispor para que a legalidade seja reposta.

4.2. – Estas GOP's expressam claramente a gravidade da acumulação de despesa pela Câmara Municipal de Oeiras resultante da “municipalização” da Educação.

Só na “descentralização” do pessoal não docente do Ministério da Educação para a Câmara Municipal, que poderá envolver cerca de 680 trabalhadores, o universo de trabalhadores da Câmara passará dos atuais 1770 para cerca de 2400.

A despesa com pessoal passará de cerca de 33 milhões de euros em 2015 para mais de 43 milhões em 2016. A relação Despesa com Pessoal/Despesa Total passará assim de 28,4% para 34,3%.

O aumento da dotação da Divisão de Educação regista um acréscimo de 67,25% em relação a 2015, o que não deixará de ter implicações sérias na própria estrutura funcional da Divisão.

Tendo aderido a este programa de “municipalização” da Educação pouco mais de uma dezena dos municípios portugueses, continua-se sem se perceber qual a razão que determinou esta Câmara Municipal a entrar no grupo dos iniciáticos deste tão melindroso processo...

4.3. – a rubrica construção do Edifício Sede do Município surge no Plano Plurianual de Investimentos com uma verba inscrita de apenas 5.000 € em 2016, mas com um total de 39.755.000 € distribuídos pelos anos de 2017, 2018 e 2019.

Conforme já expressámos em diversas intervenções anteriores, a CDU não concorda com o dispêndio de dezenas de milhões de euros – e registamos que agora já se passou dos 28 milhões de euros, referidos anteriormente, para os quase 40 milhões – na construção de um novo edifício sede.

Consideramos possível, com muito menos dinheiro, melhorar, em muito, as condições das atuais instalações da Câmara Municipal. Não podemos também concordar com o enormíssimo erro que será retirar, em definitivo, a presença da

vivência diária de centenas de pessoas – os que trabalham no Município e os que aqui se dirigem – do Centro Histórico de Oeiras.

A programação financeira agora apresentada aponta que as obras poderão nem sequer ser iniciadas no atual mandato. Porém, e por manifesta falta de estacionamento na zona do Fórum de Oeiras para o que ali existe já hoje e para o que o tal novo edifício virá a atrair, a Câmara Municipal obrigou a empresa municipal Parques Tejo a incluir no seu Plano de Atividades de 2016 a construção de um silo subterrâneo de 300 lugares na praça central da zona. Isto significa que esta empresa municipal terá que investir mais do que 3,7 milhões de euros numa obra surgida totalmente fora do que teria sido a sua programação de trabalho futuro...

4.4. – quanto à demorada resolução da PPP Oeiras Expo, que mantém desde Fevereiro de 2011 totalmente paradas as obras do Centro de Congressos e de Exposições em Paço de Arcos e do Centro de Formação Profissional, na Outurela, em Carnaxide, a trapalhada assume agora uma confusão totalmente inacreditável.

a) a páginas 109 das GOP's, no capítulo das Responsabilidades Contingentes e no que concerne à Pareceria Público-Privada entre a Câmara Municipal e a empresa MRG e outras, que ficou designada por Oeiras Expo, diz-se, e cito:

“A pedido das partes o processo encontra-se suspenso por seis meses, a contar de 23/01/2014, período que as partes têm para formalizar um acordo de transação propriamente dito nos termos da minuta que já se encontra em apreciação e discussão nesta Câmara”.

É justo acrescentar que a Câmara Municipal de Oeiras, enquanto órgão, nunca apreciou, nem discutiu este documento.

b) na reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no passado dia 15/10/2015, o Presidente da Câmara informou que, tendo dúvidas se fará sentido continuar o projeto do Centro de Congressos (questão que nunca foi abordada com este executivo), reuniu com a empresa Alves Ribeiro – titular do alvará que cedeu o terreno para o Centro de Congressos – no sentido de se fazerem negociações conjuntas entre a Câmara, o consórcio da PPP e a Alves Ribeiro para se encontrar uma eventual solução comum para este problema.

Segundo nos foi dito, tal solução poderia passar por a sociedade da empresa Alves Ribeiro ficar com o lote e com a construção tal como se encontra e, em vez de construírem um outro investimento imobiliário previsto para a zona, cederiam o terreno deles à CMO e receberiam o que está construído, aproveitando a base do estacionamento já feito, demoliriam o restante e fariam o seu projeto.

Assim, e na perspetiva que nos foi transmitida, a CMO não continuaria no processo, mas ficaria com um lote disponível para promover aí o que pretendesse.

c) na reunião ordinária da Câmara Municipal de 21/10/15, foi analisado o Relatório e Contas de 2014 da tal empresa Oeiras Expo, onde se regista:

- que o processo corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra;
- as partes desenvolvem diligências para que se encontre uma solução ajustada aos interesses de todos, em sede de transação judicial (acordo das partes homologado pelo juiz);
- têm ocorrido reuniões entre o Município e os parceiros no sentido de retomar a parceria, o que passa pela conclusão do Centro de Congressos, com a redução do valor da obra;
- por contactos havidos com Municípios e bancos (CGD) será possível a empresa negociar um financiamento para a conclusão do equipamento.

Parecendo haver saídas para todos os gostos, não se dizendo em parte alguma que o Tribunal de Contas fez abortar todos estes processos das PPP, em Oeiras, a verdade é que estão envolvidos nesta trapalhada cerca de 16 milhões de euros e está em causa um dos eixos estratégicos da política que tem sido prosseguida pelo município direcionada às empresas e ao setor económico predominante no Município, que parece até poder ser abandonado...

Urge sair deste labirinto, encontrando solução rápida e não fraudulenta para o erário público para resolução deste enorme problema.

4.5. – as restrições no tocante aos apoios às associações e coletividades de cultura, desporto e recreio vão-se manter de novo, revelando, elucidativamente, que para a maioria desta Câmara Municipal parece ser sempre possível cortar e não aumentar

os subsídios que mais contribuem para o reforço da coesão social saudável e para o desenvolvimento equilibrado da nossa população.

Torna-se imperioso que, na sequência dos trabalhos que têm sido desenvolvidos pelos serviços de Desporto e de Cultura para se aprovarem programas claros definidores de critérios justos de atribuição de subsídios, o montante dos mesmos seja reforçado significativamente.

5 – É justo terminar esta nossa apreciação das GOP's com um referência ao bom trabalho realizado pela Direção e pelo pessoal técnico do Departamento de Administração Geral e Finanças, que nos possibilitaram ter nas mãos documentos exemplarmente elaborados e que permitem um conhecimento rigoroso da situação financeira legal em que vivemos. Obrigado.

Oeiras, 28/10/2015

O Vereador

Daniel dos Reis Branco